



## EM FOCO: EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS CIGANAS

A Newsletter da OBGIB (Observatório das Comunidades Ciganas - ACM (Alto Comissariado para as Migrações)) de julho traz um Editorial da Coordenadora do OBCIG (Professora Doutora (da Universidade do Minho) Maria José Casa-Nova) (MJC�), intitulado "Formar uma elite ou educar um povo?", um artigo de Sofia Marques da Silva, Coordenadora do Eixo Inclusão INCoDe.2030, iniciativa do Ministério da Ciência e Ensino Superior e do Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa, sobre



"Abordagens para a inclusão digital de pessoas em situação de vulnerabilidade" e entrevistas com alunos e uma aluna ciganos do secundário de Lisboa, Vila Verde e Braga, (com vídeos), secção intitulada "Vozes ciganas no ensino secundário". Notícia ainda projetos da Associação Cigana de Coimbra e de outras organizações. Apresentamos excertos do Editorial.

Referindo fonte do ME (Ministério da Educação), MJC� indica que no ano lectivo 2016/17 se estima que

(Continua na pág. 2)

### Editorial

#### EDUCAR PARA CONVERGIR

As culturas não vivem sozinhas mas mantêm-se *en su circunstancia*, usando a terminologia de Ortega y Gasset; ou seja, inter-relacionando-se com as outras culturas onde se inserem ou com quem têm algum tipo de conexão. Assim, a cultura cigana, ou, mais propriamente, as culturas ciganas, necessariamente tendem a convergir com as culturas que, tendo maior expressão social que as suas, são caracterizadas por hábitos e por tradições próprias, distintas, nas suas origens, daquelas que tipificam as culturas ciganas.

A educação é o grande homogeneizador quer

dos comportamentos sociais, quer da diversidade das várias culturas. Veja-se o que aconteceu ao longo de quinhentos anos nos continentes que, por terem culturas com organizações mais simplificadas, a que a antropologia inicial erradamente chamou "primitivas", tiveram que suportar, com raras exceções, o impacto do contacto com a cultura ocidental visitante, nos continentes americanos e africano, em contraste evidente com a muito menor influência que a cultura europeia teve na Ásia. Isso revela-se desde logo na língua, expressão fundamental da idiossincrasia dos povos, que as populações americanas e africanas tiveram que assimilar como expressão própria da sua forma de pensar e sentir, que de forma nenhuma o eram,

(Continua na pág. 4)

# EM FOCO: EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS CIGANAS

(Continuação da pág. 1)

60% das crianças ciganas que entraram para o 1º ciclo do ensino básico, tinham frequentado a educação pré-escolar. Por outro lado, verificou-se alguma paridade entre os jovens que frequentam o ensino secundário: 46% raparigas e 54% rapazes. MJCN conclui que a realidade subjacente aos constrangimentos socio-culturais de continuidade do percurso escolar que afetam as raparigas, “está em processo de mudança positiva”. No entanto, MJCN conclui que o número de jovens ciganos que em 2016/17 frequentava o ensino secundário, será inferior a 10% da população cigana em idade de frequência deste nível de ensino. Cerca de 45%



destes alunos frequenta cursos profissionais; cerca de um terço dos alunos do 3º ciclo frequenta o que está classificado como “outras ofertas” de ensino, factos estes que, na opinião de MJCN inibe “uma mobili-

dade social ascendente e o exercício de uma cidadania informada e crítica”. Relativamente ao abandono escolar nos 2º e 3º ciclos, o das raparigas continua a ser superior ao dos rapazes.

A concluir, MJCN salienta “a importância da mobilização e articulação presentemente existentes” entre o ME, a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, e o ACM, em conjunto com a população cigana, no sentido da “diminuição das desigualdades sociais”.

## PROBLEMÁTICA DA HABITAÇÃO DOS CIGANOS NA TESE DE DOUTORAMENTO DE ALEXANDRA CASTRO

Na sequência da notícia publicada no nº 88 da Caravana, em que foi referida a publicação da tese de doutoramento de Alexandra Castro (AC) no ISCTE - IUL (2013-2016), no livro intitulado “Na Luta pelos bons lugares - Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais”, que teve o seu lançamento no dia 9 de abril p.p. no ACM (Alto Comissariado para as Migrações) em Lisboa, reunimos algumas indicações dadas no conteúdo do livro, sobretudo no que respeita a problemática da habitação das comunidades ciganas em Portugal.

Utilizando diversas investigações, AC conclui que o número de pessoas ciganas em Portugal será cerca de 41.000, com particular incidência nos distritos de (por ordem descendente): Lisboa, Setúbal, Faro, Porto, Braga, Santarém, Portalegre. Aveiro e Bragança. AC aborda com algum detalhe o problema do nómadismo forçado e das expulsões dos ciganos. Relativamente à precariedade habitacional entre a população cigana, AC conclui que se constata “por um lado, que os grupos de conselhos onde as necessidades habita-

cionais da população cigana mais se evidenciam tendem a ser aqueles onde a grande maioria da população vive em centros urbanos com menos de 5.000 habitantes e para onde menos foram canalizados os recursos das políticas públicas de habitação dos últimos anos. Por outro lado, nestes territórios a mesma ideologia política mantém-se há mais de dez anos, e esta homogeneidade poderá indiciar algum bloqueio à incorporação de outras perspetivas/soluções sobre as problemáticas que localmente se fazem sentir.”

Já na Conclusão, AC diz que “o problema associado à situação de precariedade habitacional vivenciada pela população cigana raramente fica confinado à sua posição de classe mas à sua etnicidade e as discriminações que daqui decorrem exacerbam as suas diferenças sociais.” Logo a seguir, AC faz uma citação em que se fala do “agravamento dos problemas associados ao ‘dilema da diferença’ “. O livro conclui com uma citação em que se afirma que “é muitas vezes com o velho que se faz novo e é por fidelidade ao passado que se pode agir sobre o futuro”.



# DIA INTERNACIONAL DOS CIGANOS\* EM VISEU

A inauguração de um novo espaço para atividades lúdico pedagógicas no Centro Comunitário do Bairro Social de Paradinha da Cáritas Diocesana de Viseu, marcou as comemorações do Dia Internacional dos Ciganos, assinalado pela primeira vez em Viseu pela Cáritas da Diocese em conjunto com a Câmara Municipal.

A assinatura de um protocolo entre as duas entidades permitiu alargar as instalações já existentes e vai possibilitar a extensão de um trabalho desenvolvido há vários anos pela Cáritas no bairro social, levando a “uma maior capacidade de integração e participação social com maior sentido de comunidade”, destacou o presidente da Cáritas Diocesana de Viseu, Monteiro Marques.

“Foi sempre nossa preocupação fazer parte da solução na busca de respostas para os problemas. Utilizamos a estratégia da proximidade e mais perto não podíamos estar porquanto moramos nestes edifícios. A Cáritas desenvolve no bairro um trabalho de relevante interesse social com um saldo bastante positivo constituído por funções de apoio no atendimento, acompanhamento social, educação, saúde, formação, tempos livres, apoio na elaboração de projetos de Viseu”, entre outras funções, utilizando “estratégias de proximidade” e na “partilha com outras entidades” avançou Monteiro Marques.

O bairro social de Paradinha, na freguesia de Repeses e S. Salvador, foi a primeira comunidade escolhida pela Cáritas de Viseu para comemorar o Dia Internacional do Cigano na Diocese. No complexo habitacional residem 244 pessoas de etnia cigana organizadas em 58 famílias.

O presidente da Cáritas Diocesana referiu que o principal objetivo das comemorações foi “fazer festa com as famílias presentes” que hoje a Cáritas conhece “pelo seu nome”, sabe onde vivem e conhece também “as sus principais preocupações e esperanças” tentando resolver problemas. Monteiro Marques deixou, no entanto, um desafio: “devemos ter

sempre presente a responsabilização e sensibilização de todos para o comportamento que devemos ter na sociedade, quer como indivíduos quer como famílias, reconhecendo que todos vivem numa sociedade com regras e devemos contribuir sempre para o esforço e o respeito de solidariedade entre as diferentes comunidades”.

Sabendo dos problemas do bairro de Paradinha ao nível social, de segurança e outros, as várias entidades mostraram estar a juntar sinergias para melhorar o complexo. O presidente da Câmara de Viseu, Almeida Henriques, garantiu àquela comunidade cigana que quer fazer de Viseu “a melhor cidade para viver, para todos” e anunciou um novo projeto de integração de pessoas de etnia cigana no mercado de trabalho. “A Câmara está na fase de integração

de cinco pessoas de etnia cigana nos seus serviços exatamente para dar oportunidade de, através dessa integração, atingirmos um clima de respeito pelos nossos valores, mas também de respeito pela comunidade onde estão inseridos”, acrescentou o autarca, alertando para que é preciso continuar o trabalho de integração. Almei-

da Henriques deu como exemplo positivo os 230 jovens de etnia cigana que se encontram a estudar nas várias escolas do concelho, mas quer mais, porque a escola é a base desse trabalho na opinião do autarca.

“A Câmara está disponível para ajudar e vocês também têm que nos ajudar a fazer o nosso trabalho, sabemos distinguir o trigo do joio temos que ir trabalhando com quem quer trabalhar”, realçou ainda Almeida Henriques ao lançar outro desafio: “O desafio que gostava de lançar aqui é que pudéssemos continuar a melhorar este bairro mas também o respeitássemos e toda a comunidade que a habita possa viver num clima de harmonia. Este bairro de Paradinha tem que começar a ser olhado de outra maneira. Não tem que ser visto onde coisas más acontecem. Este bairro tem que ser um sítio onde coisas boas acontecem. Queremos trabalhar convos-

(Continua na pág. 4)



# UMA CASA PARA JUSTINA

(Continuação da pág. 5)

perigosos” ou deixar pessoas a morrer aos poucos porque “há critérios”.

Nos anos recentes houve já, pelo menos, dois programas, o PER (Programa Especial de Realojamento) e PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, criado pelo Decreto-Lei n.º 135/2004 de 3 de Junho que não chegaram às “Justinas” deste país. Vem agora o 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação que integra quatro programas, e o mais provável é que essas mesmas mulheres continuem a não reunir “critérios” para ter acesso a uma habitação condigna.

Para concluir, em abono da verdade, deve dizer-se

que Justina é cigana e que também “há critérios” para atribuir casas. Critérios que ninguém conhece mas que, provavelmente, existem. Por isso, se da sociedade civil alguém a encontrar e quiser abraçar esta causa, de certeza que Justina agradece pois essa é a forma natural de ela estar na vida.

\* Artigo publicado em A VOZ DO NORDESTE (transmontano) de 21 agosto. Raúl Gomes é Secretário do Serviço Diocesano para as Migrações e Minorias Étnicas do Secretariado para a Pastoral Social e Mobilidade Humana da Diocese de Bragança-Miranda e tem artigos publicados nos n.ºs 88 e 89 da CARAVANA. A D. Justina é uma mulher cigana apoiada há muitos anos pela Pastoral dos Ciganos de Bragança.

## DIA INTERNACIONAL DOS CIGANOS\* EM VISEU

(Continuação da pág. 3)

co todos os dias para melhorar a vossa integração.”

Doze anos depois de ter deixado de ser Pároco de S. Salvador que lhe permitiu ter trabalhado junto da comunidade cigana do bairro de Paradinha, o Bispo da Diocese, D. Ilídio Leandro, lembrou alguns episódios passados sobretudo com os mais novos e deixou uma mensagem de esperança. “Procurem as-

sentar a vossa vida no bem, na verdade, na amizade uns com os outros, no espírito da família em espírito de entreatura com a vizinhança”, apelou D. Ilídio Leandro.

Orlando Fernandes\*\*

\* 8 de abril (NR)

\*\* jornalista (NR)

### Editorial

(Continuação da pág. 1)

enquanto que na Ásia, essa “violência” à essência cultural dos povos foi consideravelmente menor.

Este número da Caravana fala por duas vezes da educação das crianças ciganas: na notável perspectiva de Maria José Casa-Nova e na não menos assinalável investigação da FRA (Agência Europeia para os Direitos Fundamentais). Temos que remontar aos primórdios do RMG/RSI para encontrarmos o início da verdadeira revolução na educação das crianças ciganas, depois de muitos anos de esforços sobretudo dispersos e pouco generalizados por parte de instituições que intuíram o problema base da exclusão das populações ciganas: a não escolarização. A partir do momento em que ela se tornou efetivamente obrigatória, deu-se um passo de gigante no sentido, se não da convergência de culturas – vamos respeitar de alma e coração a alteridade e o direito à diversidade -, mas da real possibilidade de, quem estava alienado, poder, se assim o entender, usufruir dos direitos que, por definição, são iguais para todos, sem distinção

de culturas e sem excluir quem opte por ser fiel à sua cultura própria.

Pelo caminho ficaram grandes esforços, poucos conseguidos ou vertidos em legislação efetiva, para desbloquear e incentivar a educação dos e sobretudo das jovens ciganas, através da mediação sociocultural nas escolas secundárias e nas famílias ciganas e a notável medida de endogeneização da cultura cigana no sistema escolar português que foi a iniciativa dos PIEFs (Programa Integrado de Educação e Formação) dos PIECs (Programa para a Inclusão e Cidadania) nos TEIPs (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária).

Com os novos ventos que sopram na atual Administração Pública, carregados de boa vontade e de determinação no sentido de se obterem resultados e de se ultrapassarem barreiras e atavismos, com o apoio e a participação ativa, organizada, decidida e aberta dos próprios responsáveis ciganos, esperemos que novos frutos surjam e que a educação contribua eficazmente para a convergência de pessoas, populações e culturas.

Francisco Monteiro

# UMA CASA PARA JUSTINA\*

Raul Gomes

Podia chamar-se Maria, Lucinda, Alzira ou um outro qualquer nome de mulher. Quis o destino que lhe dessem o nome de Justina – a coerente e sensata. Não se sabe se quis o destino que aos cinquenta e três anos lhe fosse diagnosticado um cancro. A vida tem sido madrasta para Justina. Enviuvou cedo. Respeitando as leis e a tradição, assim se mantém há uma dúzia de anos. Do casamento ficaram-lhe as lembranças e um filho com necessidades especiais. Repetir que a vida tem sido madrasta não será demais. Irmã de mais onze recebeu os afetos que era possível quando se tem de dividir por muitos e trabalhar para outros tantos.

Ainda criança foi deslocada da terra onde nasceu e rumou à capital de distrito, onde se acolheu sob as pensões da segurança social e mais tarde do rendimento social de inserção. Com isto foi crescendo e subsistindo, mas tal não lhe elevou a condição social nem a promoveu enquanto mulher. Doente e só acabou relegada para uma barraca onde o vento, a água e o frio não pedem licença no inverno, nem tão pouco o calor doentio no verão. De pouco lhe servirá o esmero com que limpa o chão de terra quando a água a transforma em lama ou o pó toma lugar à mesa em vez do pão.

Esta é também uma história que não sendo única é peculiar já que Justina é assídua cumpridora dos seus deveres, gere racionalmente os poucos recursos e quem com ela lida reconhece-lhe o trato afável que torna impossível não se gostar desta senhora. A mesma atitude é demonstrada quando participa nas formações, sejam elas na área da jardinagem ou da informática – só ainda não entendeu porque tem de ir às de inglês – mas esta é outra narrativa.

Perante este quadro, o que falta para que esta mulher de meia-idade possa ter uma habitação condigna

sendo este um direito constitucional? Antes de mais a vontade política para que se elabore um Plano Estratégico Municipal que defina metas e objetivos claros para acabar com a falta de alojamento e também com as situações precárias. Sem existir um diagnóstico real da situação e sem sinalizar as situações, não é possível garantir condições condignas a quem delas carece. É sabido que quem mais precisa é quem mais afastado está dos centros de decisão e, muitas vezes, nem sequer conhece os seus direitos nem as possibilidades que lhe são oferecidas. Por isto, é fundamental que

se agreguem sinergias e as instituições criem redes de interação onde, as câmaras municipais e a segurança social possam diagnosticar, conjuntamente, situações de risco e intervir de forma criteriosa e atempada. Mais importante que o Rendimento Social de Inserção é antes de mais ceder uma casa a quem dela necessita pois só assim se promove o desenvolvimento social da pessoa e da família, resultante da capacidade de desenvolver competências básicas na área da saúde, da higiene e alimentação. Nesta triangulação é imprescindível que a escola tenha uma palavra, pois não se pode exigir sucesso académico a quem não tem condições para

estudar, ou que se chegue limpo e aseado à escola quando não há onde tomar banho.

Neste quadro, é fundamental que as autarquias planifiquem a curto e médio prazo pois, se o direito à habitação está consagrado na constituição, a aquisição da mesma tanto pode decorrer mediante o apoio à aquisição, como através da atribuição da habitação social ou mediante programas de reabilitação. O que não se pode é continuar a criar guetos, aos quais passado algum tempo se afixa o rótulo de “bairros mais

(Continua na pág. 4)





# CIGANOS SÃO NOTÍCIA

## Canção Nova (5 set)

O Programa da Canção Nova “Tarde em família” foi dedicado à ONPC e teve como entrevistada Eva Gonçalves (EG), da Direção da ONPC. O tema era sobre a história e a atualidade da ONPC, com intervenções em direto do público. Sob o signo “O Sol nasce para todos”, no programa participaram os membros da Comunidade Canção Nova, P. António Justino e Nilza Santos. Na história da ONPC, EG realçou o trabalho no terreno da Irmã Zulmira Cunha e da Dr<sup>a</sup> Fernanda Reis (fundadora e Presidente até recentemente do Secretariado Diocesano de Lisboa da Pastoral dos Ciganos, instituição que nasceu na ONPC - NR). EG falou também da sua obra com a população cigana de Alcobça, grande parte da qual no âmbito da ONPC, tendo destacado o realojamento da população cigana local que até então vivia em barracas esqueléticas. EG frisou a proximidade, como grande característica do trabalho pastoral e referiu a publicação da CARAVANA como órgão de comunicação da ONPC. EG afirmou ainda que os ciganos são religiosos, fazem os seus funerais com o padre católico e relatou o surgimento da Igreja Evangélica de Filadélfia com cujos pastores tem um bom relacionamento. EG referiu a evolução positiva da escolarização das populações ciganas, em grande parte devido ao RSI. EG afirmou: “sou cigana de alma e coração”.



## RTP 3 – noticiário da noite (9 ag)

Apresentou uma extensa notícia sobre famílias ciganas que vivem em casas camarárias deterioradas em Ovar e as promessas da Câmara de fazer um investimento na solução dos problemas dos alojamentos.

## DISCRIMINAÇÃO

### Union Romani – internet (26 jul)

No dia 2 de agosto manifestar-nos-emos na sede do parlamento italiano em Roma

No dia 2 de agosto, da parte da tarde, os ciganos irão manifestar-se em Roma, junto à Câmara dos Deputados da República Italiana. Irão aí recordar as 2.897 mulheres, homens e crianças ciganas que morreram na noite de 2 de agosto de 1944 no Zigeunerlager de Auschwitz-Birkenau, bem como, o mais de meio milhão de ciganos, que morreram em campos de extermínio na Europa.

Juan de Dios Ramirez-Heredia (JDRH), Presidente da Unión Romani, refere que comemorar esta data,

“significa lembrar, aprender e agir numa nova situação de dificuldade. Somos filhos e netos daqueles mártires e aprendemos na primeira pessoa que o racismo não traz um futuro melhor, mas que apenas contribui para a repetição de uma história atroz e devastadora para todos.”

“As associações ciganas de Itália levantam a sua voz para denunciar que na Europa, nos últimos tempos, as nossas comunidades na Ucrânia, Hungria, Eslováquia e Roménia vivem com preocupação e medo e temem os movimentos racistas e neonazis que os atacam, queimam as suas casas e até os matam, como aconteceu na Hungria e na Ucrânia”, afirma JDRH.

JDRH recorda ainda a triste história de Cirasela, uma menina cigana de apenas 15 meses, que recebeu um tiro nas costas, no dia 17 de julho, por volta das 18h00m, em Roma. Um grupo de ciganos voltava do pátio de jogos da Via Togliatti quando um tiro de pistola de ar comprimido explodiu contra eles. O impacto atingiu as costas de Cirasela, que agora está no

(Continua na pág. 8)

# CIGANOS SÃO NOTÍCIA

(Continuação da pág. 6)

hospital, correndo o risco de ficar paralisada.

Os ciganos italianos têm razão quando afirmam que não será por censura ou desmantelamento dos campos que os problemas ficarão resolvidos. Por isso, a União Romani convida todos os cidadãos, artistas, intelectuais, forças políticas e sociais a mostrarem um sinal de solidariedade numa batalha que não é apenas dos ciganos, mas de todos.

## DIVERSOS

### FRA online (18 jul)

Uma melhor educação é a chave para quebrar o ciclo de pobreza dos Ciganos

*Os jovens ciganos continuam enredados no ciclo vicioso da pobreza relacionado com educação e perspectivas de trabalho baixas, conclui um novo relatório da FRA (Agência Europeia para os Direitos Fundamentais).*

O relatório da FRA estuda os fatores que impedem os ciganos de receber uma boa educação e empregos entre 2011 e 2016, em nove países membros da UE: Bulgária, Croácia, República Checa, Grécia, Hungria, Portugal, Roménia, Eslováquia e Espanha. Em conjunto, a UE destinou € 1.4 bis em fundos da UE, desde 2014 a 2020 para apoiar o incremento da inclusão dos ciganos. Contudo, até ao presente, o efeito tem sido impercetível. O emprego para os jovens ciganos, sobretudo mulheres, não melhorou quase nada, enquanto que a educação está ligeiramente melhor.

Dado que 80% dos ciganos estão em risco de pobreza, acabar com a pobreza é a chave para ajudar os ciganos a conseguir uma educação superior. 2/3 dos ciganos entre os 16 e os 24 anos não têm trabalho nem estão nos sistemas de educação nem de formação. Os homens ciganos que têm emprego são o dobro das mulheres ciganas com emprego. Por outro lado, à medida em que mais mulheres ciganas

recebem uma educação melhor, parece que elas têm mais probabilidades de obter um emprego qualificado permanente do que os homens.

O relatório também sublinhou como é que o anti ciganismo e a discriminação podem reduzir as perspectivas de emprego.

### Público (30 abr)

Igualdade: os ciganos portugueses estão a preparar-se para entrar na política

*Academia de Política das Comunidades Ciganas, organizada pelo Conselho da Europa com o apoio da Associação Letras Nómadas, junta cerca de 30 homens e mulheres de etnia cigana*

Bruno Gonçalves (BG) foi eleito pelo Bloco de Esquerda (BE) para a Assembleia de Freguesia de Buarcos e São Julião, na Figueira da Foz. Há pouquíssimos ciganos na política portuguesa.

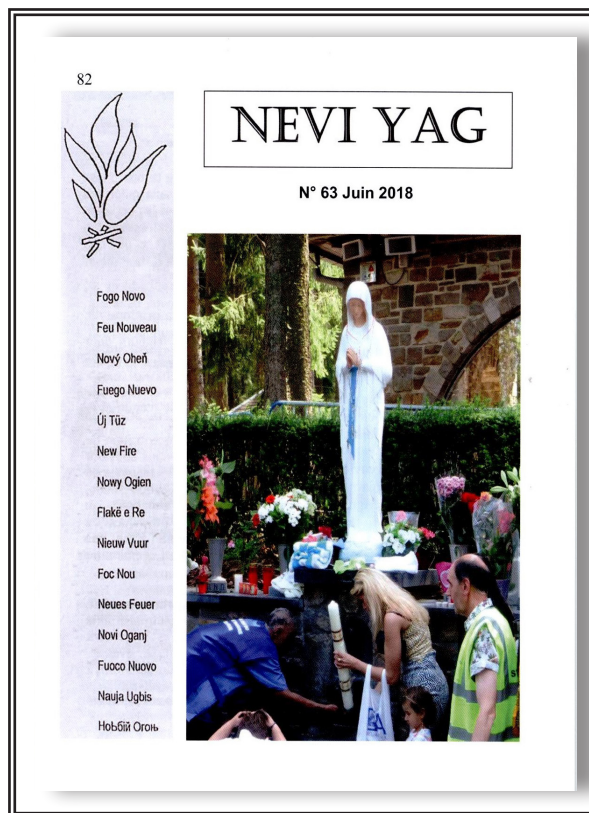
Por isso, o Conselho da Europa aliou-se à Associação Letras Nómadas para organizar a Academia

da Política: um processo de formação para impulsionar a participação. Em dezembro de 2017, realizaram uma sessão na Figueira da Foz, e, em abril, realizaram outra em Torres Vedras, estando prevista outra em outubro, em Viseu. Estas sessões são espaços de reflexão estratégica que junta cerca de 30 homens e mulheres de norte a sul do país, com alguma notoriedade no seio das suas comunidades e com muita vontade de participar. O PS e o BE mostraram mais disponibilidade para partilhar experiências e reflexões. Além de oradores com experiência política (outros partidos serão convidados), o programa

contém ativistas e académicos conhecedores de temas considerados fundamentais para a integração das pessoas ciganas, como a habitação ou a educação.

BG admite que “sabemos que nem todos vão apro-

(Continua na pág. 8)





(Continuação da pág. 7)

veitar”; “se tivermos aqui quatro ou cinco que se possam aproximar de partidos e fazer parte das listas, já será uma grande vitória”. Recorda que houve vários candidatos nas últimas eleições autárquicas e pelo menos 20 ciganos a trabalhar nas mesas de voto. “Isso chama para a participação”. E está convencido de que o voto cigano, organizado, foi determinante nos resultados eleitorais de Beja e Moura, onde as câmaras passaram do PCP para o PS.

Espera-se que a existência desta academia, por si só, possa levar os vários partidos a pensar na possibilidade de incluir ciganos nas suas listas. Marcos Andrade, do Conselho da Europa, diz que não se trata apenas de “os ciganos serem mais uns a entrar na guerra das listas”, mas de “entrarem na guerra das ideias”. José

Manuel Pureza, deputado eleito pelo BE, diz que “a diversidade não é uma operação de cosmética”.

BG refere que “o tempo é de mudança no seio dos ciganos portugueses” e refere a “geração solitária”

que tem aberto “caminho no ativismo”, a “geração solidária” que está a abrir caminho no ensino superior e “a “geração solitária” que se prepara para abrir caminho na política”, apesar de reconhecer que não é fácil ser-se diferente. A sua entrada na Assembleia de Freguesia não tem servido para provocar as mudan-

ças que gostaria na sua comunidade. “A grande mudança é perceberem que há um cigano que tem consciência política. Se calhar quebra alguns estereótipos. Alguns achavam que eu ia ser instrumentalizado pelo próprio partido. Isso não acontece. Sigo a corrente do partido, mas tenho a minha voz”.

“É um momento muito bom”, comenta Rosa Monteiro, secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, que esteve presente em Torres Vedras. “Começam a emergir resul-



Les Saintes-Maries de la Mer

tados muito positivos de capacitação das próprias pessoas ciganas para se organizarem. Estamos num ponto que temos de aproveitar e de potenciar, para verter em ação política”

## 4º RELATÓRIO NACIONAL DA CONVENÇÃO QUADRO PARA A PROTEÇÃO DAS MINORIAS NACIONAIS - CONSELHO DA EUROPA (CoE)

A CNDH (Comissão Nacional para os Direitos Humanos) do MNE, consulta regularmente a sociedade civil na elaboração dos Relatórios que tem que submeter às instâncias internacionais. A última consulta teve lugar em 17 set, tendo a ONPC participado sobre questões relativas às comunidades ciganas portuguesas; a pedido da CNDH, a ONPC enviou um documento em que se sintetizaram comentários sobre (i) as recomendações do CoE relativamente às populações ciganas nómadas: em Portugal, algumas autárquicas e forças da GNR fazem-nas nómadas à força; (ii) ações da GNR; (iii) a habita-

ção (realojamento) e (iv) o apoio a associações ciganas.

### FICHA TÉCNICA

#### a caravana

Director: P. Frei Francisco Sales Diniz, O.F.M.

Propriedade e Editor: Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos

QUINTA DO BOM PASTOR, EST. DA BURACA, 8/12, 1549-025 LISBOA

TEL. 21 885 5468 - FAX 21 584 9514

Contribuinte N.º 501660054

Email: [pastoralciganos@ecclesia.pt](mailto:pastoralciganos@ecclesia.pt) Internet: [www.ecclesia.pt/pnciganos](http://www.ecclesia.pt/pnciganos)

Periodicidade: Trimestral

Tiragem: 900 exs.

Paginação: Paulo Nunes - Tlm. 934207548

Impressão: OCPM

Isento de registo na ERC ao abrigo da alª a) do nº 1 do artº 12 do D.R. 8/99 de 9/6, com as alterações introduzidas pelo D.R. 2/09 de 27/01.